

Rodada dos transgênicos

Painel da Organização Mundial de Comércio (OMC) acatou em fevereiro último uma reclamação apresentada em 2003 pelos Estados Unidos, com o apoio do Canadá e da Argentina, contra a União Européia (UE) e, em especial, contra seis de seus membros (Alemanha, Áustria, França, Grécia, Itália e Luxemburgo).

Estes países impuseram unilateralmente limitações à importação e ao cultivo de transgênicos. O veredito é preliminar e, oficialmente, confidencial. O processo faz parte de um calhamaço de mais de 800 páginas, o mais extenso texto do gênero, na história da OMC.

A queixa parte dos maiores produtores mundiais de organismos geneticamente modificados (OGMs). Mais da metade da área plantada com transgênicos no mundo se concentra nos Estados Unidos. A solicitação para a OMC condenar a UE e aqueles seis países por infringir as regras do comércio internacional não visa às restrições em si. A preocupação é de elas servirem presumivelmente de pretexto a um boi-

cote, para todos os efeitos práticos, das importações de grãos GM e alimentos industrializados que os contenham.

MORATÓRIA

Em 1998, a UE aprovou uma moratória na liberação de OGMs, sob o argumento de europeus que apenas aplicaram o princípio da precaução, instituído em tratados internacionais.

A representação à OMC sustenta que a medida violou um tratado sobre comércio de alimentos, segundo o qual as políticas seguidas por nações ou blocos de nações na matéria devem ter base científica e serem cumpridas sem "demora indevida".

Os seis países europeus são citados por terem proibido até culturas transgênicas já aprovadas pela Comissão Européia. Autoridades americanas e as empresas da biotecnologia comemoram a posição da OMC.

As con-

seqüências imediatas da decisão ainda estão indefinidas. Especialistas da UE consideram a decisão anacrônica e imaterial, pois desde 2004, mais de 30 culturas GM foram autorizadas em diversos países europeus, após rigorosas avaliações quanto à sua segurança.

Mas os Estados Unidos alegam que persiste o problema do "estoque" teórico de gêneros não aprovados durante quase uma década, incluindo mais de 20 tipos de milho, soja e algodão transgênicos. A moratória teria causado um prejuízo anual de US\$ 300 milhões aos exportadores americanos de milho.

Se a Europa liberar os seus portos aos transgênicos do Novo Mundo, como a soja brasileira, enquanto os consumidores europeus mostram resistência aos produtos GM, as grandes redes de supermercados poderão optar pelo pagamento de um ágio pelas variedades convencionais, de plena aceitação do consumidor.

Agora, o setor biotecnológico americano pressiona o governo para ingressar com outra ação – desta vez, contra as regras européias de rotulagem e rastreamento de ingredientes transgênicos em alimentos. Em um ponto apenas, defensores e detratores da agricultura biotecnológica estão de acordo: o precedente criado pelo julgamento da OMC deverá influir na liberalização das regras de comércio dos novos produtos pelo mundo afora, ao desencorajar outros países a erguer barreiras como as que motivaram o protesto acolhido pela OMC. ■



Europa libera o milho 1507

A Comissão Européia (CE), órgão executivo da União Européia (UE), aprovou a comercialização do milho transgênico 1507, produzida pela Pioneer Hi-Bred, unidade da DuPont, e pela Dow Chemical, como alimento para humanos ou ingrediente alimentício nos seus mercados. O milho resiste aos lepidópteros, à broca e para tolerar, ao herbicida glufosinato de amônio e à doença European corn borer (*Ostrinia nubilalis* Hübner), larva que ataca as lavouras.

Bruxelas liberou a venda e o emprego em produtos como óleos e farinhas do milho geneticamente modificado para resistir a determinadas infestações de insetos. A comissão já havia aprovado a variedade, no ano passado, para a importação e o processamento destinado à alimentação animal. A Pioneer e a Dow AgroSciences agora querem que Bruxelas

avance mais um degrau e conceda permissão para os produtores cultivarem o milho na Europa. A aprovação oferece novas opções para os produtores e reconhece a segurança dos produtos biotecnológicos. Os consumidores europeus ainda resistem ao uso destes produtos. França e Alemanha, por exemplo, votaram recentemente em favor da manutenção dos embargos aos produtos geneticamente modificados.

LEI ARGENTINA

O Senado argentino aprovou, em meados de fevereiro, a Lei de Biotecnologia que busca promover o desenvolvimento de empresas com valor científico agregado. A iniciativa prevê uma série de incentivos na área da biotecnologia e permitirá que as empresas invistam em projetos específicos, tanto de pesquisa quanto de produção de bens e serviços. A lei agora segue para aprovação da Câmara dos Deputados.